

“Dinheiro da privatização deve abater dívida pública”

O presidente Fernando Henrique Cardoso deve arbitrar o destino dos recursos provenientes das privatizações

por Liliana Enriqueta Lavoratti
de Brasília

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, em sua última entrevista coletiva do ano, disse que caberá ao presidente Fernando Henrique Cardoso arbitrar sobre os destinos dos recursos da privatização de estatais em 1997, estimados entre R\$ 8 bilhões e R\$ 10 bilhões. Malan foi firme ao defender a aplicação integral do dinheiro no pagamento de dívidas do governo federal.

Esta posição diverge da do ministro das Comunicações, Sérgio Motta, que quer usar parte dos recursos em investi-

mentos. A venda das telefônicas estatais e de concessões de telefonia celular privada, setores dirigidos por Motta, deverão render R\$ 15 bilhões.

“Se há duas posições, alguém terá de arbitrar entre elas. E essa pessoa é o presidente Fernando Henrique Cardoso”, afirmou Malan na última sexta-feira, durante café da manhã com jornalistas no Ministério da Fazenda, em Brasília, quando fez um balanço da política econômica em 1996.

Mesmo assumindo com veemência uma postura diferente daquela de Motta, Malan não

reconhece que haja divergências sobre este tema. “Há um consenso generalizado e unânime, dentro e fora do governo, de que o ganho com a privatização não deve financiar gastos correntes”, disse. Sem mencionar o nome do ministro das Comunicações, completou: “Também não é correto pegar todos esses recursos e aplicar em investimentos”.

O debate em torno do uso dos recursos da privatização está relacionado com dois pontos importantes da conjuntura político-econômica em 1997: a meta do governo de reduzir o défi-

cit das contas públicas e a aprovação da emenda da reeleição do presidente da República. Os governadores dos estados onde atua a Vale do Rio Doce, cuja privatização deverá render R\$ 5 bilhões, reivindicam o uso do dinheiro da venda da estatal para obras de melhoria da infraestrutura em seus estados – Pará, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco e Maranhão.

Por outro lado, a redução da dívida pública é fundamental para o alcance da meta de alcançar, em 1997, um superávit primário do setor público consolidado de 1,5% do Produto

Interno Bruto (PIB).” Esta é uma meta e o governo todo vai trabalhar para isso”, afirmou Malan. Ele explicou que a idéia não é colocar o dinheiro da privatização para abater juros, mas sim o estoque da dívida para se obter uma economia permanente.

Dentro de algum tempo, isso permitirá uma folga de recursos no Orçamento da União para aumentar os investimentos em infraestrutura social, segundo Malan. “Isso é diferente de gastar o dinheiro da privatização imediatamente em investimentos”.

Junto com a balança comer-

cial, a conta de juros é um dos itens que mais pesou no déficit nas transações correntes – de 2,83% em novembro. Nos onze primeiros meses deste ano, o Brasil pagou R\$ 11,816 bilhões em juros, pouco menos que os R\$ 13,342 bilhões desembolsados em igual período de 1995.

O tamanho da dívida mobiliária federal – de R\$ 111,442 bilhões em novembro – mais a necessidade do governo financiar seu déficit no mercado remunerando os títulos federais a taxas de juros atrativas dificultam uma queda mais significativa na conta de juros.